

OS PRIMEIROS LEITORES DE A CULTURA BRASILEIRA

Antonio Dimas*

RESUMO: Este artigo trata das primeiras reações a *A cultura brasileira* em 1943. As apreciações críticas de Roger Bastide, Emilio Willems e Antonio Candido. A interpretação globalizante e diferenciada que o ensaio oferece, num momento em que a ênfase recaía sobre os componentes étnicos da formação brasileira. A prevenção da Igreja Católica contra o autor.

UNITERMOS: Cultura brasileira; educação jesuíta; educação leiga; Era Vargas; Escola Nova; Tristão de Ataíde; Fernando de Azevedo.

Junto com os resultados do recenseamento de 1940, o governo de Getúlio Vargas, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, determinou que o censo fosse acompanhado de um texto inicial, no qual ficasse registrado o percurso de nossa cultura.

Graças a essa introdução, argumentava o presidente da Comissão Censitária Nacional, pretendia-se alargar a dimensão do censo, pois que se atenuaria a rigidez dos números através de uma visão mais fluida de nosso processo de evolução cultural, já agora beirando os 450 anos. Ao apresentar o primeiro dos três volumes do recenseamento, J. Felipe Carneiro, o presidente da Comissão Censitária, acrescentava que a motivação do texto introdutório era a de oferecer uma *interpretação* do itinerário cultural brasileiro que fosse capaz de ajudar na compreensão dos resultados numéricos do presente.

“É óbvio – garantia o presidente – que a significação dos resultados censitários será mais compreensiva da realidade brasileira contemporânea se postos em confronto com os antecedentes históricos que lhe determinaram os traços dominantes”¹.

* Professor de Literatura Brasileira na FFLCH/USP.

1. Para as citações costumeiras do texto de Fernando de Azevedo, utilizei a 5ª edição, revista, ampliada e publicada pela Melhoramentos/EDUSP em 1971. Apenas neste caso e em outro, logo adiante devidamente anotado, vali-me da primeira edição, publicada pelo Serviço Gráfico do Instituto de

Dessa introdução, que satisfazia dispositivo de lei, ficou encarregado Fernando de Azevedo, que, pouco antes, havia recusado a direção geral dos trabalhos censitários, sob a alegação de que só aceitava cargos públicos para os quais estivesse plenamente convencido de estar ajudando ao país e incomodado com a provável falta de fundos oficiais para a tarefa². Pode ser que a recusa inicial tenha-o levado a aceitar a incumbência da apresentação geral. Mas não só. Credenciavam-no também sua atuação, intelectual e prática, frente aos órgãos públicos de Educação, no Rio e em São Paulo, nas décadas de 20 e 30, bem como a idéia de criação da Biblioteca Pedagógica Brasileira e da Brasiliana, duas coleções pioneiras, constituídas no alvoroço nacionalista que começou nos anos 20 e se acentuou nos 30. Na tendência para a globalidade dessas duas coleções não seria imprudente ver os germes do futuro ensaio proposto por Fernando Azevedo.

Em plena casa dos 40 e já afagado pelo prestígio profissional alcançado pelo movimento da Escola Nova, Fernando de Azevedo juntava suas forças intelectuais, onde se combinavam a especulação, a docência e a combatividade, para dar um balanço na produção cultural brasileira, a essas alturas já pronta para um levantamento global, para um recenseamento, enfim, dentro do mesmo espírito com que o IBGE havia mapeado o Brasil.

No rescaldo das agitações posteriores à efervescência provocada pela Revolução de 30, quando se decretou a morte de uma modalidade republicana obsoleta, criava-se espaço para uma auto-avaliação que não se restringisse somente à configuração numérica do país. Em meio à expectativa generalizada de que o getulismo viera para virar o país de pernas pro ar, o balanço deveria ir mais longe e a ocasião era propícia, pois. Como ensaio de resposta ao fornecimento intelectual que se intensificou com a Revolução de 30, responsável por uma "rápida mudança social, [pela] desintegração dos costumes tradicionais do velho padrão cultural e [por uma] maior complexidade nas relações sociais" (p. 667), armou-se Fernando de Azevedo de um verdadeiro cartapácio a que deu o título de *A Cultura Brasileira*, uma obra cuja abrangência era, até então, inusitada e cujo cuidado de composição espelha-se fácil em sua divisão interna equilibrada: três partes divididas harmoniosamente em cinco capítulos cada uma.

Na primeira, "Os fatores da cultura", as considerações mais de ordem material como "O país e a raça", "O trabalho humano", "As formações urbanas", "A evolução social e política" e "A psicologia do povo brasileiro". Na segunda, reservada a "A cultura", discute-se a produção cultural propriamente dita, englobando as "Institui-

Geografia e Estatística do Rio de Janeiro, em 1943. E, para não atravancar o texto com indicações, coloquei a página logo em seguida à citação.

2. Em longa carta dirigida a Francisco Venâncio Filho, datada de 2 de março de 1938, FA dá as razões de sua decisão. A carta publicada, com muitas outras, está no ensaio de Maria Luiza Penna dedicado ao educador: *Fernando de Azevedo: educação e transformação*. São Paulo, Perspectiva, 1987. p. 118-121. Agradeço a Silvano Santiago a lembrança deste livro muito útil.

ções e crenças religiosas”, “A vida intelectual”, “As profissões liberais”, “A vida literária”, “A cultura científica” e “A cultura artística”. Na terceira, finalmente, que se ocupa de “A transmissão da cultura”, outros cinco capítulos dão conta de “O sentido da educação colonial”, “As origens das instituições escolares”, “A descentralização e a dualidade de sistemas”, “A renovação e a unificação do sistema educativo” e “O ensino geral e os ensinos especiais.”

Saindo pela primeira vez em 1943, *A Cultura Brasileira* alcançaria apenas mais quatro edições em português e uma em inglês. Em 1944, foi publicada a 2a. edição pela Melhoramentos de São Paulo; em 1950, pela Macmillan de New York; em 1958 sai a 3a. edição brasileira pela Melhoramentos, mais uma vez; em 1963, a Universidade de Brasília publica a 4a. edição; em 1971, a Melhoramentos e a Editora da Universidade de São Paulo, em conjunto, publicam a 5a. e última edição revista e ampliada.

Num momento em que boa parte das pesquisas sobre nossa formação se assentava sobre a composição étnica do povo brasileiro e dela tentava arrancar uma resposta, Fernando de Azevedo arrempiou caminho e propôs uma alternativa nova e menos oitocentista, a alternativa educacional, um resultado de ponta nos estudos da ciência social de então, na medida em que a pedagogia passava por inteira reformulação.

A Cultura Brasileira surgiu em meio a uma extensa lista de estudos sociológicos, que enfatizavam a miscigenação como fator preponderante em nosso des/caminho rumo à civilização, desde a intolerância racial de Oliveira Vianna, nos anos 20, até a reabilitação antropológica da cultura negra reclamada por Gilberto Freyre, na década seguinte. É livro que emergia, pois, na esteira de uma valorização cultural pregada por Nina Rodrigues (*Os africanos no Brasil*, 1932; *O animismo fetichista dos negros balanos*, 1935); Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, 1933; *Sobrados & Mocambos*, 1936); Mário de Andrade (“Os congos”, 1935); Artur Ramos (*O negro brasileiro*, 1934; *O folclore negro do Brasil*, 1935; *As culturas negras no Novo Mundo*, 1937); Édison Carneiro (*Religiões negras*, 1936), e por uma série de outros estudiosos do porte de Donald Pierson, Manuel Querino, João Dornas Filho e Roger Bastide, cujo ensaio sobre “Psicanálise do cafuné”, de 1940, refinava a valorização da cultura negra na medida em que a ela aplicava instrumentos de uma ciência sofisticada como a psicanálise freudiana, então incipiente no Brasil. Não bastasse a lembrança desses estudos, não se pode ignorar que ao longo dos anos 30, esse movimento científico de repulsa ao preconceito realizava dois Congressos Afro-Brasileiros: o de 1934 em Recife e o de 1937 em Salvador³.

3. Um bom ensaio que recompõe o trajeto dos estudos sobre o negro no Brasil, sobretudo do ponto de vista de nossas instituições culturais, é o de Lília M. Schwarcz: *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993. Do ponto de vista da valorização estética da cultura negra dentro da literatura brasileira e latino-americana, veja-se

É, pois, dentro desse clima de desmitificação étnica que se pode e se deve compreender também o surgimento do livro de Fernando de Azevedo, que, como já foi dito acima, desloca o peso da balança. Em vez de uma resposta *antropológica* ou *sociológica* ou mesmo *histórica*, Fernando de Azevedo aventava uma hipótese *educacional* passível também de nos explicar.

Com base em Humboldt, Fernando de Azevedo distingue entre “civilização” e “cultura”, deixando claro que esta é desdobramento daquela e que seu âmbito ultrapassa o “imediató” e o “funcional”, mais interessada que está no “domínio da vida material e [na] libertação do espírito” (p. 38). Dentro dessa concepção, a cultura, fenômeno que não se confunde necessariamente com a materialidade, resulta da criação de espíritos esclarecidos, porque

“uma sociedade, se quer preservar a sua existência e assegurar o seu progresso, longe de contentar-se com atender às exigências de sua vida material, tende a satisfazer às suas necessidades espirituais, por uma elite incessantemente renovada, de indivíduos, sábios, pensadores e artistas que constituem uma certa formação social, acima das classes e fora delas” (p. 38).

Uma vez supridas tais *necessidades espirituais* cabe, então, ao sistema educativo, canal privilegiado e prioritário, a tarefa de passá-la adiante (p. 39). Daí a necessidade de se conhecer por dentro

“quais as instituições que se organizaram, prepostas ao fim de transmiti-la, já sistematizada, de geração em geração para assegurar a sua continuidade no tempo, a sua unidade, a sua difusão e os seus progressos” (p. 39).

Centrada, portanto, na *educação*, pode-se dizer que a reflexão de Fernando de Azevedo reparte o Brasil, grosso modo, em dois momentos: o jesuítico e o pós-jesuítico.

No primeiro, por causa do esgarçamento de um país em que “não havia unidade política” (p. 544), segundo o ensaísta, os jesuítas, através de seus colégios, batalharam por uma educação unificadora que, por conseguinte, muito contribuiu para dissolver as “diferenciações regionais” (p. 544). Ao reconhecer, no entanto, essa virtude orgânica e aglutinadora da pedagogia jesuítica, que favorecia “um *minimum* de unidade moral e espiritual entre os colonos portugueses e os povos primitivos” (p. 247), Fernando critica, por outro lado, a “feição literária e escolástica” (p. 253) desse comportamento pedagógico que nem um pouco se importava com as “técnicas utilitárias elementares” (p. 541) ou mesmo com a disseminação do

um outro artigo muito informativo, o de Jorge Schwartz, Negrismo y negritud. In: ZEA, Leopoldo., org. *Historia y cultura en la conciencia brasileña*. México, Fondo de Cultura/Inst. Panamericano de Geografía e Historia, 1993. p. 65-78.

conhecimento entre as faixas menos favorecidas dos colonizadores. Conseqüência dessa atitude sobranceira e bem pouco humilde, a longo prazo, foi o inevitável menosprezo, que até hoje perdura neste país, pelos exercícios profissionais que dependem das mãos. Porque, ensina Fernando de Azevedo,

“a vocação dos jesuítas era outra certamente, não a educação popular primária ou profissional, mas a educação das classes dirigentes, aristocráticas, com base no ensino de humanidades clássicas. Aqui, como por toda parte. Hoje, como no período colonial. Os seus colégios instalam-se de preferência nas primeiras cidades do Brasil e à sombra das casas grandes, no litoral latifundiário, onde se recrutam os seus discípulos e a estabilidade da família patricarcal lhes oferece à construção do seu sistema de ensino a base segura e necessária que dificilmente podiam encontrar na sociedade, molecular e flutuante, dos mamelucos caçadores de índios e de esmeraldas ou dos criadores de gado” (p. 541).

A mentalidade concentracionária e exclusivista do procedimento jesuítico fica mais clara quando o autor de *A Cultura Brasileira* constrói uma antinomia entre o Bandeirante e o Jesuíta, neles emblematizando comportamentos díspares e significativos. Dentro da aventura expansionista, aqueles praticaram a dispersão e atuaram como verdadeira força centrífugadora; dentro do zelo defensivo da fé, os de Loiola trabalharam no sentido contrário, favorecendo a segregação e o movimento centrípeto. Na fúria guerreira da incorporação territorial, os bandeirantes espalharam aquilo “que os padres reuniram” (p. 545). Em suma, o movimento jesuítico, ao privilegiar a concentração e o enquistamento, acabou por deitar fundas raízes num processo de construção cultural, cujo forte nunca foi a educação extensiva, nem a formação pragmática e profissionalizante. Entre linhas, o que Fernando de Azevedo defendia, sem agredir abertamente suas origens jesuíticas, era a superação de uma educação de lastro religioso que deveria ceder seu lugar a uma pedagogia laica. De resto, isso coincidia com sua pregação reformista nas secretarias de educação do Distrito Federal e de São Paulo. Nesse gesto rumo ao mais que saudável e oportuno distanciamento da Igreja, no que era entusiasticamente acompanhado por Anísio Teixeira, recém-chegado da Universidade de Columbia, em New York, onde se abastecera das teorias pedagógicas de John Dewey, embuçava-se, segundo alguns reacionários disfarçados de homens zelosos, o risco da “descristianização do ensino e [do] advento da pedagogia comunista”⁴. Nos *Tempos de Capanema*, Schwartzman, Bomeny e Ribeiro Costa oferecem subsídios fartos para se compreender essa forte oposição Igreja x Escola Nova, em que se digladiaram, naquela trincheira, Alceu Amoroso Lima, e nesta, Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, A. J. Almeida Júnior, Pascoal Lemme e outros. Na concepção do educador reformista,

4. SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena M.B. e COSTA, Vanda M.R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/São Paulo, EDUSP, 1984. p. 58.

a posição irredutível e intransigente a favor da escola pública laica, tinha o significado de uma conquista moderna de espectro largo e compreendia a

“nacionalização do ensino, a organização da educação popular, urbana e rural, a reorganização da estrutura do ensino secundário e do ensino técnico e profissional, além da criação de universidades e de institutos de alta cultura, para o desenvolvimento dos estudos desinteressados e da pesquisa científica” (p. 675).

Assustado com o avanço das novas propostas pedagógicas que implicavam a tal *descristianização* do ensino, decorrência de uma sociedade que se industrializava a passos largos e que, por isso mesmo, exigia

“um ensino mais prático, voltado para o desenvolvimento de habilidades exigidas para transformações concretas, um ensino que se preocupasse mais com a competência e menos com a capacidade”⁵,

Alceu não hesitou em vetar o nome do adversário intelectual para o alto cargo de diretor nacional da Educação logo no começo do governo instalado com a Revolução de 30.

“Pensei maduramente, meu caro Capanema – diz Alceu – na nova consulta que você me fez sobre a possível nomeação do Dr. Fernando de Azevedo, para diretor nacional de Educação. E, quanto a mim pessoalmente, perduram as razões que lhe apresentei. Nada tenho contra a pessoa do Dr. Azevedo, cuja inteligência e cujas qualidades técnicas muito admiro. Ele é hoje, porém, uma bandeira. Suas idéias são conhecidas, seu programa de educação é público e notório. Sua nomeação seria, por parte do governo, uma opção ou uma confusão. E tudo isso, eu teria de dizer de público, em face de minha consciência e da certeza que tenho de que, no terreno da educação, é que se está travando a grande batalha moderna de idéias.”

De modo modesto, porque empenhado apenas em *desinteressada* colaboração, Alceu assina a carta, provavelmente em março de 1935⁶.

Portanto, foi no caldo dessa controvérsia, na qual a Igreja pelejava para não perder sua auto-invocada missão pedagógica, que surgiu o livro de Fernando, antigo aluno dos jesuítas em Nova Friburgo e Itu. O que poderia parecer apostasia aos olhos de alguns nada mais era do que esforço de reavaliação da cultura nacional sem compromisso necessário com os limites locais. Ao enveredar por esse caminho que agradecia e dispensava a contribuição católica, Fernando de Azevedo nada mais fez do que alinhar-se com o que de melhor se propunha intelectualmente neste país,

5. *Idem, ibidem*. p. 56.

6. *Idem, ibidem*. p. 301.

retomando uma questão delicada que, no século anterior, não merecera senão *descuido e desídia* da parte dos governantes, segundo José Veríssimo⁷.

Se Gilberto Freyre, anos antes, havia demonstrado, para escândalo de muitos, que o negro não era geneticamente inferior, mas sim prejudicado pela circunstância social em que fora criado, Fernando demonstrou que, se nossa cultura científica prosperara menos que a literária, isso não era devido a uma inapetência ou incompetência natural do brasileiro, mas sim porque, ao longo dos séculos, nossa educação devotara-se muito mais aos exercícios espirituais que aos práticos.

Antes que pareça inadequado situar *A Cultura Brasileira* no rasto de uma polêmica entre educação religiosa x educação leiga, convém lembrar, como o fazem os autores de *Tempos de Capanema*, que entre os anos 20 e 30 a educação foi posta bem no meio do palco em que se ensaiava uma compreensão mais ampla do personagem Brasil.

“O que dava à educação naqueles tempos a relevância política que ela já não mantém – lembram Schwartzman, Bomeny e Costa – era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação. Havia os que preferiam a educação humanística sobre a técnica; os que defendiam o ensino universal contra os que preferiam escolas distintas para cada setor da sociedade; os que se preocupavam com o conteúdo ético e ideológico do ensino contra os que favoreciam o ensino agnóstico e leigo. Havia os defensores da escola pública e os guardiães da iniciativa privada; os que punham toda a ênfase na formação das elites e os que davam prioridade à educação popular”⁸.

Uma vez fixados os limites dessa tese, sumariada aqui de modo canhestro, qual foi sua repercussão no meio intelectual? Como a receberam aqueles que resistiam à compressão getulista, mineiramente gerenciada, no plano da inteligência, pelo contorcionismo de um Capanema? De que forma aterrisou esse ensaio num campo que antes já se agitara com a atualização formal da política de 20, que se assustara com o neo-realismo regionalista de 30, que mal assimilara o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em 1932 e que ainda olhava de esguelha para as teses da sociologia gilbertiana? Quanto se acautelaram os que temiam o avanço das ideologias de esquerda, certos de que nelas se escondia o “perigo de dissolver a tradição religiosa

7. Em 1890, José Veríssimo publica em Belém *A educação nacional*, um documento acre sobre o assunto. Para o crítico paraense, “o nosso sistema geral de instrução pública, à <sic>não merece de modo algum o nome de educação nacional. É em todos os ramos – primário, secundário e superior – apenas um acervo de matérias, amontoadas, ao menos nos dois primeiros, sem nexo ou lógica, e estranho completamente a qualquer concepção elevada da pátria”. (VERÍSSIMO, J. *A educação nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1906. p. 1). A opinião do crítico, transcrita no texto, está na p. XXXVIII.

8. SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. p. 51.

e moral do país”9? Será que nesse recenseamento cultural não se embutia uma ameaçadora recidiva escola-novista?

A *Cultura Brasileira* surgiu em agosto de 1943¹⁰ e um dos primeiros a se pronunciar, em caráter privado, foi Francisco Venâncio Filho, que se correspondia bastante com Fernando de Azevedo. Em 28 de agosto de 1943, Francisco Venâncio adianta-lhe algumas das opiniões que iria deixar impressas nas páginas de *Cultura Política* (out. 1943, Ano III, nº 33, p. 175-177), mas referentes apenas à 3ª parte do livro, aquela que trata da educação. O caráter descontraído da carta, em que até uma suculenta metáfora gastronômica surge de repente, torna-a ligeiramente indiscreta e bem mais expressiva que o artigo publicado na revista do DIP.

Depois de sugerir que a “distribuição limitada e fechada” do livro poderia ter sido uma das causas de sua repercussão modesta até então, Francisco Venâncio confessa-se impressionado com “sua verdadeira grandeza, [com] a massa de material aí acumulado e, [ilegível], com [o] critério histórico, [que] não foi cronológico, e sim visto de um ponto alto de interpretação sociológica”.

Além disso, há que se salientar, continua o amigo, o “equilibrado espírito de justiça e a objetividade das apreciações da obra própria, como da alheia”. Isso faz com que *A Cultura Brasileira* venha a se tornar, no futuro, uma obra do mesmo porte que a de Varnhagen, Capistrano de Abreu ou Silvio Romero, sempre pronta como “lombo familiar, do qual se vai tirar fatias, por muito tempo, para todas as variedades culinárias”. Por outro lado, ainda dentro da semântica da parcela, trata-se de livro que complementa o trabalho intelectual do autor, na medida em que compõe “tríptico com a Sociologia geral e a educacional, sendo uma sociologia aplicada ao Brasil, estudo específico que fazia falta à sua obra”.

Por fim, um comentário de tonalidade retórica e até mesmo maliciosa: “Alguém já me perguntou se era trabalho de comissão dirigida por V”.

Entre os recortes de jornal sobre *A Cultura Brasileira* recheando as pastas de Fernando de Azevedo, hoje carinhosamente guardadas no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, nada consta proveniente do pensamento católico, exceto a transcrição de uma conferência pronunciada por Jônatas Serrano, em fins de 1943, na Academia Carioca de Letras, por ocasião do Dia da Cultura.

O tom desse discurso, em que se abriga a ladainha do tempo presente corrompido, é a ameaça da desumanização causada pela expansão das máquinas. Na verdade, a conferência de Jônatas apenas invoca o conceito de cultura defendido por Fernando de Azevedo, expresso logo nas primeiras páginas, para advertir que, “sem estes valores – os de caráter espiritual – a Máquina esmagaria o Maquinista”.

9. ANTONIO CANDIDO. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Nacional, 1965. p. 149.

10. Em 4 de setembro de 1943, FA reclama, em carta, para Francisco Venâncio Filho que seu trabalho até então não merecera nenhuma referência em jornais ou revistas. Ver PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo...* p. 135.

(Rio, *Jornal do Commercio*, 5 dez. 1943). Claro que por valores espirituais deve-se entender tão somente aqueles que emanam da Igreja Católica, sabiamente expressos pelo Sumo Pontífice.

Junto com este recorte, há outros de importância e de teor variáveis, assinados ou não, mas sempre receptivos. Inclusive os mal humorados como, por exemplo, o de Edgard Cavalheiro, que, pelo jeito, não conseguira obter o livro logo na primeira edição. "Somente poucos iniciados tiveram a sorte de um exemplar" – resmungava ele pelas páginas da *Revista do Globo*, no nº 382 de março de 1945.

Surpreendido, talvez, pelo volume da obra, pela massa de informações, pela bibliografia extensa e pelo inusitado do enfoque, o futuro biógrafo de Monteiro Lobato não podia deixar de noticiar o aparecimento da 2ª edição do calhamaço de Fernando Azevedo, mesmo que dispusesse de espaço restrito na revista em que colaborava. Diante de tantos obstáculos, Edgard Cavalheiro optou pela notícia, dividida em três partes desiguais: na primeira, um puxão de orelha no IBGE, que publicara a primeira edição em caráter restrito, o que veio a transformá-la em "verdadeira raridade bibliográfica"; na segunda, discorre ele sobre a estruturação tripartida do ensaio e ainda chama a atenção do leitor para a boa qualidade dos índices onomástico e de assunto, para a excelência das pranchas iconográficas e arquitetônicas e para a bibliografia geral; na terceira parte, finalmente, a afirmação de que se tratava de obra a ser inscrita de imediato no rol dos livros fundamentais sobre o desenvolvimento intelectual do Brasil.

A zanga do articulista não era isolada, pois que uma das primeiras notícias que se tem na imprensa sobre o livro de Fernando de Azevedo é a do *Diário de Notícias* (RJ, 26 set. 1943) que lamenta o descabido da tiragem muito pequena e do preço tão alto para obra de tamanho porte. No entanto, como os tempos getulistas não eram lá muito favoráveis para expressões de desagrado, sobretudo quando se tratava de publicações oficiais, preferiu-se ficar nas generalidades da inépcia editorial.

Sem se esparramar no elogio oficial, Waldemar Lopes, funcionário do IBGE, assina artigo para a *Revista do Departamento Nacional do Café* (Set. 1943. Ano XI, nº 123), no qual salienta, de modo abusado e unilateral, que toda nossa produção cultural, material ou não, era sempre devida à lavoura do café.

Nesse artigo, em que fica evidente sua sujeição ao caráter oficial e propagandístico da revista, o articulista aproveita para vincular a idéia da expansão econômica nacional com a necessidade de um levantamento de nossas potencialidades intelectuais, baseados ambos na ideologia do progresso que, imediata e necessariamente, vem logo atrás da "vitoriosa penetração da onda verde do café sobre as terras antes domadas pelas florestas seculares, que vão cedendo ao machado e ao fogo e dando passagem ao trem e ao caminhão" (p. 384).

Na revista *Diretrizes* de 4 de novembro de 1943, Edison Carneiro acentua que, "sempre que o estudioso se coloque num ponto de vista ao mesmo tempo sereno e honesto", como é o caso de Fernando de Azevedo, é possível mostrar que

nossa cultura já dispõe de unidade e vigor, o que se pode comprovar com exemplos extraídos da literatura, desde Gandavo até Nina Rodrigues, passando por Vicente do Salvador, Alencar, Castro Alves, Euclides e outros.

Para Nelson Werneck Sodré (*Leitura*, n. 15, fev. 1944), a feição mais notável d' *A Cultura Brasileira* decorre da isenção de seu autor, cujas indiscutíveis qualidades expositivas e analíticas dão bem a medida de seu alto senso discriminatório. Além disso, lembra o resenhista, essa obra é bem o produto da renovação intelectual por que passou este país depois da crise de 30.

Em guinada curiosa e bem setorizada, um artigo não assinado do *Jornal do Brasil* (26 out. 1943), prefere destacar um viés econômico e infra-estrutural do país que teria sido ressaltado pelo livro. Segundo esta nota anônima, *A Cultura Brasileira* revela-se "uma síntese positiva da geologia econômica do Brasil", na medida em que seu autor comprova que nossa economia deverá depender de nossos recursos hidráulicos e não mineralógicos. Em nota manuscrita à parte, o recorte traz a informação de que "este artigo [fora] escrito pelo dr. J. Pires do Rio".

No *Correio da Manhã* (RJ, 2 jan. 1944), Hermes Lima faz um balanço dos bons lançamentos brasileiros do ano anterior, no qual inclui, além do livro de Fernando de Azevedo, a *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. e *Terras do Sem Fim* de Jorge Amado. Trata-se de notícia muito rápida em que se louva a qualidade das gravuras que acompanham a introdução ao recenseamento, mas em que se lamenta, por outro lado, o caráter quase clandestino da edição do IBGE.

Um dos raros artigos a destacar o papel da educação em nosso desenvolvimento cultural, depois de uma extensa glosa, é um que sai publicado no *Jornal do Brasil* em 22 dez. 1943, assinado por F., que uma informação colateral indica ser José Getúlio Frota Pessoa ou J.G. Frota Pessoa.

Arrematando estes de menor importância, duas notas muito curtas, mas extremamente românticas e mitogênicas de José Lins do Rego, em *O Globo* de 13 e 14 de dez. 1944. Na primeira, o romancista garante que Fernando de Azevedo "agiu com a precisão de um retratista de escola holandesa", não deformando nossa realidade, não incorrendo no pessimismo de um Paulo Prado e nem caindo no "otimismo verde e amarelo". O que ele fez foi desenhar um Brasil cercado de suas árvores, de seus bichos, de suas águas, "absolutamente verdadeiro". (Grifo meu).

Na segunda nota, a idealização do criador do inesquecível *Fogo-morto* vai mais longe, porque escapa do que lhe compete para acrescentar que

"a democracia social brasileira, que é a nossa originalidade no Continente (aqui entre nós não existem privilégios de sangue ou de cor como em outras grandes democracias do mundo), vai caminhando para que se funde [sic] no enorme mundo de terra que é o nosso território uma pátria que não sofrerá mais tarde as dores deste parto tremendo que vai ser o da revolução que se aproxima. Aqui, entre nós, tudo se resolve em termos de acordo, sem demandas eternas e sem conflitos cruentos."

Ao mau humor sucinto de um Edgard Cavalheiro ou ao idealismo pejado de subjetividade de Zé Lins, opõem-se três outros artigos longos que rejeitam o emocionalismo e se concentram no coração da matéria.

Um deles é de Roger Bastide que, pelas páginas do *Diário de S. Paulo* (1 de out. 1943), chamava a atenção do leitor para um traço importante do livro, a “fidelidade ao real”, resultado da escolha de um método que, fundamentado na Sociologia, estava carregado de objetividade.

Segundo o sociólogo francês, o sucesso da interpretação de Fernando de Azevedo derivava também do fato de ele ter escolhido o caminho da “síntese por unificação”, aquela que se constrói em torno de um ponto de vista, e não da “síntese por justaposição”, de caráter meramente taxonômico e sociográfico, “sem uma idéia de conjunto”. Procedo do método proposto por Dürkheim o bom resultado intelectual desse encaminhamento, no qual os valores lentamente construídos pela cultura nacional são vistos por intermédio das instituições que os geraram, o que afasta qualquer margem de subjetividade na análise do fenômeno.

Portanto, a organicidade e originalidade do livro de Fernando de Azevedo são reflexo de uma metodologia rigorosa que lhe permitiu passar da divagação, “da filosofia à análise científica do problema”.

Dois meses depois de Bastide, que atribuía ao *método* escolhido por Fernando de Azevedo a extraordinária qualidade do livro, topamos com outro artigo na *Folha da Manhã* de São Paulo, em 7 de dezembro de 1943, da autoria de Emílio Willems, no qual a ênfase recai sobre outro aspecto: o da educação, aquele mesmo que Fernando repisara tanto.

Ao rasgar elogios à “sólida base sociológica” do ensaísta, bem como às suas extensas leituras organicamente cosidas, Emílio Willems destaca pontos altos do livro: as páginas referentes ao “condicionamento econômico da cultura”, quando o autor deixa claro que “não pode haver floração cultural sem base econômica adequada; a função social das cidades”, como pólo que estimula o intercâmbio de práticas e de idéias e, por conseguinte, o desejo constante de liberdade; as origens do “personalismo” fortemente incrustado na nossa cultura e a “inércia da cultura brasileira”, este o ponto tratado com mais dedicação e extensão.

Para o sociólogo e antropólogo alemão, a originalidade de *A Cultura Brasileira* repousa no perfeito entrosamento entre as partes, sobretudo quando, fica isso implícito, se percebe que as duas primeiras funcionam como vestibulo para a terceira, em que se esmiuça “o estudo do mecanismo da transmissão da cultura”. Segundo Emílio Willems, ao fazer um apanhado abrangente, mas crítico, de nossa cultura, Fernando de Azevedo punha o dedo na ferida e desmascarava as gerações anteriores que nunca haviam valorizado a educação como mecanismo de transmissão cultural. A longo prazo, comenta o resenhista, essa negligência favoreceu aquilo que se pode chamar de *Inércia* de nossa cultura.

Insensíveis à importância do processo educacional, nossos dirigentes foram, no entanto, quase sempre receptivos às idéias jurídicas de ponta, elaboradas na Europa, mas invariavelmente bocejavam diante da realidade local, quando se impunha considerá-la de uma perspectiva social, econômica e até mesmo técnica. O fosso entre as práticas do profissionalismo liberal e as do homem de comércio, de negócios e de uma indústria por mais desengonçada que fosse, alargou-se e redundou no desprezo total a qualquer possibilidade de inovação ampla. Com o tempo, foi-se consolidando esse divórcio que acabou por se tornar "um dos padrões de comportamento mais solidamente arraigados à [sic] mentalidade das elites dirigentes do país" (Grifo do original), motivo, por conseguinte, de qualquer tentativa séria de transformação social.

Nesta resenha extensa, Emilio Willems atira mais de uma vez nos dirigentes do país e lembra que não foram competentes (ou não estavam interessados?...) e nem mesmo capazes de elaborar uma solução digna e inteligente para a expulsão dos jesuítas, em 1759, cuja ausência intempestiva desmantelou uma estrutura educacional em pleno andamento, mesmo que exclusivista.

O próximo artigo substancial sobre o livro de Fernando de Azevedo, assinado por Antonio Candido, saiu na *Folha da Manhã* de São Paulo, dividido em duas partes: uma em 12 de dezembro de 1943 e a outra em 1 de janeiro de 1944.

No miolo desses artigos, a discordância explícita sobre a concepção "política" do autor de *A Cultura Brasileira*. Isolando-lhe um dos capítulos, em que o centro do argumento é nossa evolução política e social (Parte I; Cap. IV), Antonio Candido anota que Fernando de Azevedo assinalara o zig-zag insistente do centralismo e do federalismo na política do Brasil para concluir, de modo ameno, que vivíamos, naquele momento, anos 40, uma fase centralizadora, resultante do golpe de 37. Num estilo que mal disfarça seu entusiasmo perante a política centralizadora encarnada por Getúlio Vargas, Fernando de Azevedo argumentava que

"a sociedade agora centralizada, pois todas as sociedades centralizadas são igualitárias, evolui para o igualitarismo, impelida por grandes reformas sociais e econômicas, enquanto se realiza um dos maiores esforços de unificação e de reconstrução, num espírito e em bases eminentemente nacionais". (p. 103 da 1. ed.).

Impaciente diante da confusão entre as noções de "centralização" e "igualitarismo", Antonio Candido alerta para o fato de que a centralização, a menos que envolva "necessidade de organização, de racionalização administrativa, ou [...] imperativo de justiça social" não significa, necessariamente, benefício para o país. "Nos fenômenos sociais – lembra o resenhista – formas semelhantes nem sempre definem conteúdos semelhantes".

Exceção feita a essa discordância explícita, que acaba por definir politicamente o antagonismo de posições individuais, o artigo de Antonio Candido reitera a essência do extenso ensaio sem aderir de modo incondicional ao seu percurso. Quando es-

clarece que “A *Cultura Brasileira* gira [...] em torno de um mecanismo de passagem”, aquele que constata a mudança “do ensino de tendências aristocráticas para o ensino de tendências democráticas”, Antonio Candido não só aparta e salienta um dos princípios estruturais da longa reflexão proposta pelo sociólogo, como também infiltra sua concordância com a orientação geral do livro, sem, entretanto, pactuar com as escorregadelas políticas de quem o elaborou. Em resumo, ambos apostam na educação, mas com diferenças. O sociólogo estabelecido e mais velho joga para o passado as dores do presente; o mais novo vê no presente o perigo da continuação do passado, mesmo que sob o disfarce da modernização e da competência técnica. (Anos mais tarde, já ultrapassado até mesmo o segundo período de Vargas, 1950-1954, Fernando de Azevedo amplia e atualiza seu texto, agora englobando os desdobramentos políticos, sociais e econômicos de um Brasil entre Juscelino e Jango. Em que pese a efervescência do momento, seu tom ainda conserva certo amaneiramento e um pendor indisfarçável para o arredondamento dos conflitos¹¹).

Isolado o ceme deste artigo desdobrado em dois, eis que suas laterais reclamam nossa atenção para outras direções não menos importantes, tais como: o caráter simétrico do livro de Fernando de Azevedo em relação à *Evolução do povo brasileiro* de Oliveira Vianna, também este uma introdução ao recenseamento, no caso o de 1920; a concepção de *balanço* que o orienta, sem abusar, entretanto, da hipertrofia de um só fator como o étnico, por exemplo, na linha de um Gilberto Freyre ou de um Oliveira Vianna; a estruturação tríplice do livro, lembrando Silvio Romero e Euclides, e que se monta a partir “dos suportes físicos da cultura” até alcançar a “caracteriologia do nosso povo e [...] sua evolução social”, mesmo que nesta seção referente à psicologia do povo, reconhece o resenhista, o texto de Fernando de Azevedo se ressinta de certo esquematismo.

Fechando esta corrente de repercussão, um outro artigo na *Folha da Manhã* também (9 fev. 1945), de importância bem menor que os anteriores, assinado por Luís Washington, é mero pretexto para denegrir a colaboração dos jesuítas, avaliados apenas como escolásticos e retóricos. Logo depois deste argumento descolorido e parcial, um outro que se desvia completamente do alvo: Luís Washington lamenta a inexistência de editoras brasileiras dedicadas à publicação de livros sobre Filosofia, isto sim, um outro mal para o país, segundo ele.

Na recepção imediata, de que participaram intelectuais vinculados às mais diferentes orientações e ciências, uma constante amarra os artigos e martela sempre sobre o caráter enciclopédico e monumental d’*A Cultura Brasileira*.

De fato, assusta a ambição de abrangência do ensaio de Fernando de Azevedo, que não deixa canto sem vasculhar. Essa ânsia de totalidade, essa febre individualista

11. Sua inclinação constante para “dissolver conflitos” é objeto da análise cuidadosa de CARVALHO, Marta M.C. de. In: O novo, o velho, o perigoso: relendo A cultura brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, n. 71, p. 29-35, nov. 1989.

de abarcar o universo, esse impulso à globalização definem bem a carreira intelectual do ensaísta, cujo comportamento estilístico exige períodos compactos e fofos, de longo alcance e recheados de frases extensas, bem ao contrário do que pregara a insurreição modernista. Projetando a escola do futuro, das pedras à pedagogia; ou percorrendo sobre a importância política e cultural dos engenhos e dos canais na formação do Brasil; ou analisando a expansão paulista para o Oeste; ou desenhando suas máscaras e seus retratos ou ainda depondo sobre figuras de seu convívio, Fernando de Azevedo nunca cultivou a expressão lacônica, nem a parcimônia no levantamento da causalidade (ou das "correlações", como ele preferia...) do assunto investigado, porque puxava fios de todos lados para explicá-lo. Tudo nele era amplo, tudo nele pendia para a totalidade, em tudo se sentia o ardor próximo do apostolado, do sentido missionário mesmo. Sua meta era a persuasão do ouvinte sobre quem despejava parágrafos inteiros e de encadeamento prolongado, em andamento meio vieirano. A hipérbole era-lhe familiar e dentro daquele estilo que procurava açambarcar tudo, como um sociólogo condoreiro, engastava-se um comportamento que roçava, com frequência, pelo pessimismo ou por seu oposto, mas sempre de modo dramático. Em linguagem que não comportava a modéstia da imagem e que balançava o tempo todo entre a projeção do grandioso e a miudeza metonímica, traço perceptível sobretudo na expansão pessoal da epistolografia, alastra-se um residualismo romântico no qual um sentido muito forte e muito nítido de missão parece chamar a si toda a responsabilidade do tempo presente. Numa carta, por exemplo, em que se desculpa pela ausência na festa de inauguração do prédio do Instituto de Educação do Distrito Federal, escancara-se o homem duplo, mistura de sonhador e de administrador, capaz de formular projetos pedagógicos nacionais e incapaz de ignorar o sítio concreto onde pudessem eles se desenvolver de modo satisfatório. Enfeitiçavam-no a elaboração da idéia, sua implantação e sua eventual consolidação, um trajeto sofrido que o fazia navegar entre o delírio e a constatação. Infelizmente, confessava ele nessa carta a Francisco Venâncio, era-lhe impossível assistir à inauguração daquele edifício que contara com sua total colaboração, desde o alicerce até os recheios imateriais. Não poderia, escreve ele, admirar o resultado de um esforço conjunto que se materializava naquela edificação:

"O prédio magnífico, que eu sonhei, ao projetá-lo; que vi no papel, nas linhas harmoniosas de suas plantas, de suas fachadas e de seus detalhes; de que eu tinha uma antevisão plástica, uma imagem viva e perfeita, em cuja contemplação quase objetiva se reanimavam minhas forças e se fortalecia a minha resistência, nas lutas desesperadas para construí-lo; esse prédio, cuja construção acompanhei, pedra por pedra, no terreno que escolhi e segundo o projeto que me consumiu dias e meses de estudos, não podia ter mais alto destino do que esse que lhe acaba de dar o idealismo renovador desse grande espírito e coração, que é o Anísio Teixeira"¹².

12. PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo...* p. 107.

Um temperamento “vibrante, ardente, apaixonado [e] anticonformista”¹³, avalia-se a si mesmo Fernando de Azevedo, sempre em choque com a necessidade do raciocínio objetivo que deve sustentar o cientista social e o formulador de políticas públicas. Um cidadão dividido, enfim, entre o torvelinho da vida pública e o conforto da reflexão acadêmica, mas que, em ambos os setores, sempre deu o seu recado, mesmo que isso lhe custasse o confronto que, em alguns momentos, exigiu dele o desassombramento, a que nunca fugiu.

Referências bibliográficas

- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)* São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP, 1985.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 2. ed. rev., ref. e ampl. São Paulo, Pioneira, 1969.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1978. Vols. VI e VII.
- MORAES, Rubens Borba de e BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)* 4. ed. São Paulo, Ática, 1978.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta e GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Trad. Maria Júlia Goldwasser. São Paulo, Ática, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Orientações do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Casa Editora Vecchi, 1942.

THE FIRST READERS OF A CULTURA BRASILEIRA

ABSTRACT: This article deals with the first reactions to *A cultura brasileira* in 1943. The recognition of Roger Bastide, Emilio Willems and Antonio Candido, on the one hand, and the universal and differentiated interpretation which the essay offers, in a moment in which emphasis falls back upon the ethnic components of brasilian origins on the other. The preventive measure against the author taken by the Catholic Church.

KEYWORDS: Brazilian culture; jesuit education; secular education; Vargas Era; New School; Tristão de Ataíde; Fernando de Azevedo.

13. *Idem, ibidem*. p. 120.